

SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 130, DE 2005

À Comissão de
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL

(nº 224/05, na origem)

Em 04/2005

Senhores Membros do Senado Federal.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

Os méritos do Ministro Appio Claudio Muniz Acquarone Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de abril de 2005.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva abaixo.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

00001.004022/2005-51

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* do Ministro **APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO

CPF.: 26732050710

ID.: 7608 MRE

- 1949 Filho de Appio Claudio Muniz Acquarone e Neyde Moraes Acquarone. nasce em 15 de junho. no Rio de Janeiro
- 1974 Bacharel em Direito. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro
- 1977 CPCD - IRBR
- 1978 Terceiro Secretário, por concurso, em 01 de dezembro
- 1978 Instituto Rio Branco, assistente
- 1979 Divisão de Europa II, assistente
- 1980 Embaixada em Berlim, Terceiro Secretário

-
- 1980 Segundo Secretário, por antiguidade, em 20 de novembro
- 1982 Embaixada no Cairo, Segundo Secretário
- 1984 CAD - IRBR
- 1985 Ordem da República, Egito, Oficial
- 1985 Embaixada em La Paz, Segundo Secretário
- 1987 Ordem do Condor de los Andes, Bolívia, Oficial
- 1987 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
- 1988 Departamento Consular e Jurídico, assessor
- 1988 Primeiro Secretário, por merecimento, em 15 de junho
- 1990 Consulado-Geral em Buenos Aires, Cônsul-adjunto
- 1994 Departamento Consular e Jurídico, assessor
- 1995 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1997 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
- 1999 XXVI Reunião do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius da FAO, Ottawa, Chefe de Delegação
- 1999 CAE - IRBR - Acordos de Extradicação: Construção, Atualidade e Projeção do Relacionamento Bilateral Brasileiro
- 2000 XXVII Reunião do Comitê de Rotulagem de Alimentos do Codex Alimentarius da FAO, Ottawa, Chefe de Delegação
- 2001 Embaixada na Haia, Conselheiro
- 2001 Organização para Proibição de Armas Químicas, Haia, Representante Alterno
- 2003 Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, Coordenador-Geral
- 2004 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 21 de dezembro

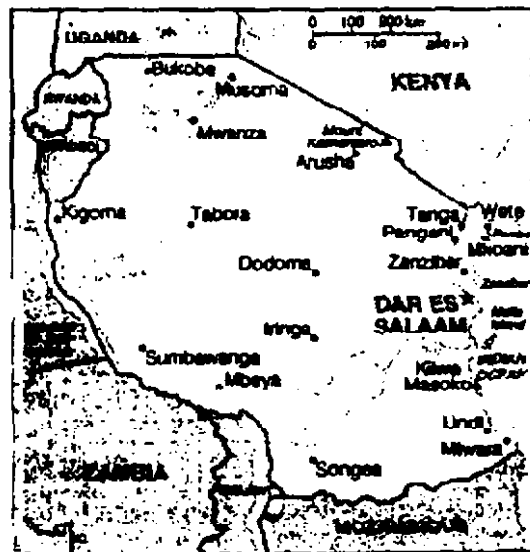
Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA-III**

1. MAPA E DADOS BÁSICOS

TANZÂNIA



Nome Oficial	República Unida da Tanzânia
População	36.588,225 (cst. 2004)
Área	945,087 km ²
Capital	Dodoma (oficial e legislativa) e Dar Es Salaam (de facto, executivo e judiciário)
Data Nacional	26 de abril
Língua	Swahili, inglês e árabe
Religião	Cristianismo, Islamismo e religiões tradicionais.
Moeda	Xelim Tanzaniano (TZS)
Sistema Político	República presidencialista

Chefe de Estado e de Governo	Benjamin William Mkapa
PIB (Paridade de Poder de Compra)	\$21,58 bilhões (est. 2003)
PIB per capita (PPC)	\$600 (est. 2003)
IDH (2002)	0,407 (162º lugar)
Expectativa de vida (2002)	45,3 anos

2. INTRODUÇÃO

Situada na parte oriental da África, a República Unida da Tanzânia possui superfície de 945 mil km² e limita-se, a Leste, com o Oceano Índico; ao Sul, com Moçambique, Malawi e Zâmbia; a Oeste, com o Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo; e, ao Norte, com Uganda e Quênia. Sua geografia, rica e variada, inclui pontos mundialmente conhecidos, como o lago Vitória, a planície do Serengeti e a vasta região montanhosa a Nordeste, na fronteira com o Quênia, na qual se destacam os Montes Meru e Kilimanjaro.

A população tanzaniana, de 36 milhões de pessoas, compreende cerca de cento e vinte tribos distintas. Os idiomas oficiais são o swahili, falado por toda a população, e o inglês. 33% dos habitantes vivem em áreas urbanas, entre as quais realça Dar es Salaam, antiga capital, à beira do Oceano Índico, com mais de um milhão de pessoas. Embora, oficialmente, a atual capital administrativa seja Dodoma, localizada na região central do país, Dar es Salaam continua a ser a sede dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como do Corpo Diplomático estrangeiro. A data nacional celebra-se em 26 de abril, dia em que a Tanzânia se constituiu mediante a união de Tanganica e Zanzibar.

O país adota o regime de uma república presidencialista. O sistema original de partido único veio a ser modificado em 1992, passando o Chefe de Estado a ser escolhido – e não mais referendado, como anteriormente – pelo voto popular. Os principais partidos são o Partido da Revolução – CCM (“Chama Cha Mapinduzi”, sua designação em swahili), que se mantém no poder desde a independência, e a Frente Cívica Unida (CUF), de oposição. A última eleição realizou-se em 2000, quando o Presidente Benjamin William Mkapa obteve seu segundo mandato de cinco anos. O Poder Legislativo, unicameral, incumbe à Assembléia Nacional, cuja composição de 295 membros compreende, em sua maioria, deputados eleitos pelo voto popular na Tanganica e em Zanzibar, e outros parlamentares, como o Procurador-Geral e os representantes indicados pelo Presidente da República (dez) e por associações femininas (quarenta e oito). O Primeiro-Ministro, que serve como líder do Governo na Assembléia Nacional, é Frederick Sumaye, desde 1995.

3. HISTÓRIA

Comerciantes árabes foram os primeiros a chegar, no século VII, à costa oriental da África, onde, cerca de quinhentos anos mais tarde, vieram a ser construídas cidades e entrepostos comerciais por imigrantes persas e indianos. Em 1498, no curso de sua viagem à Índia, o navegador Vasco da Gama explorou aquela costa, sobre a qual os portugueses exerceram certo controle temporário, mas sem haverem colonizado a área nem explorado seu interior.

Na esteira da dominação européia na África, a região correspondente à futura República da Tanzânia foi transformada em protetorado alemão em 1885. Com a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e seus aliados começaram a dividir entre si as antigas possessões alemãs. A Tanganica passou, desse modo, ao domínio britânico por mandato outorgado pela Liga das Nações.

A instalação de colonos ingleses foi menos intensa, no entanto, do que a verificada em outros países africanos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Tanganica tornou-se território tutelado da ONU, sob a administração de Londres, que começou a adotar medidas que contribuiriam, pouco a pouco, para viabilizar a futura independência daquela nação africana. Outro fator importante para tanto foi a atuação do Professor (Mwalimu, em swahili) Julius Nyerere, que fundou, em 1954, a União Nacional Africana de Tanganica (TANU). Sua habilidade de negociador político favoreceu a interlocução com os ingleses sobre a transformação do território tutelado em país independente.

Em 9 de dezembro de 1961, é estabelecida a República de Tanganica, tendo Nyerere por Presidente. Em 19 de dezembro de 1963, a ilha de Zanzibar também obtém sua independência do Reino Unido, sob a forma de monarquia constitucional. Com a rebelião que lá se instala subsequentemente e leva à destituição do Sultão de Zanzibar, firma-se, em abril de 1964, tratado de união entre os dois países, que passam a constituir a Tanzânia, presidida por Nyerere. A denominação República Unida da Tanzânia veio a ser formalizada pela Declaração de Arusha, de 1967.

O Presidente Nyerere foi reconduzido ao cargo de forma sucessiva até 1985, quando passou a exercer, unicamente, a presidência do Partido da Revolução – CCM (resultado da fusão, em 1977, da TANU e do ASP – Partido Afro-Shirazi, de Zanzibar). Ali Hassan Mwinyi, do CCM, foi seu sucessor no governo e reelegeu-se em 1990. Nas eleições de 1995 e 2000, o mandato foi obtido por Benjamin William Mkapa, do mesmo partido. Durante seu primeiro governo, em outubro de 1999, faleceu o histórico dirigente Julius Nyerere.

4. POLÍTICA INTERNA

Durante as três primeiras décadas como Estado soberano, a Tanzânia teve seu cenário político doméstico monopolizado pelo Presidente Julius Nyerere, cujo poder de liderança ultrapassa as fronteiras de seu país, convertendo-o em um dos grandes nomes da história africana. O “Professor” (Mwalimu), como era carinhosamente chamado por seus concidadãos, procurou implantar um modelo político socialista adaptado ao que julgava serem as condições de seu país. Suas linhas diretrizes privilegiavam o Homem ao Estado, voltando-se para a redução do analfabetismo, a elevação da renda dos agricultores e a melhoria dos níveis de saúde da população. Cabe salientar a conservação do espírito comunitário em país integrado por cerca de cento e vinte tribos distintas e mesmo rivais.

Os princípios que nortearam o socialismo na Tanzânia, conforme fixados na Declaração de Arusha de 1967, não se restringiam à propriedade e controle dos meios de produção pelo Estado. A nacionalização de empresas e a coletivização das propriedades agrícolas foram parte do modelo seguido, mas também houve espaço para a iniciativa privada, o direito de herança, o comércio varejista praticado por indivíduos, as cooperativas e os proprietários de terras que podiam contratar mão-de-obra.

Como ocorreu em diferentes outros casos, entretanto, a experiência socialista da Tanzânia veio a dar sinais de esgotamento. Muito do que fora feito no setor social afetara os meios de produção. A partir do final dos anos 70, a política de Nyerere começa a ser criticada, tanto internamente quanto no exterior, especialmente pelos doadores de recursos, como a Alemanha, EUA e os países nórdicos. Ademais da depressão econômica, a estrutura unipartidária fornecia munição aos críticos.

A partir de 1985, quando Ali Hassan Mwinyi assume a Presidência, inicia-se lento processo de mudanças na política interna tanzaniana, em especial a legalização da oposição, em 1992, que põe fim ao regime de partido único. Mwinyi promoveu, de imediato, reforma ministerial destinada a trazer colaboradores mais jovens para o governo e a "revitalizar o socialismo tanzaniano", segundo declarado. Produziram-se atritos, contudo, com a velha guarda do partido, que continuava presidido por Nyerere, situação essa que obrigou a um ritmo nitidamente moderado e cauteloso na implantação das reformas. Apesar dos problemas ocorridos, Mwinyi obteve um segundo mandato em 1990.

Seu sucessor, Benjamin William Mkapa, que conquistou 62% dos votos na eleição de 1995, inaugura nova fase no cenário doméstico do país. Ex-Chanceler, pertencente à terceira geração de políticos tanzanianos, Mkapa promove maior abertura econômica e política, com o objetivo de modernizar a Tanzânia e adequá-la às circunstâncias vigentes no âmbito mundial. Desde então, alguns episódios perturbaram o cotidiano político, como o atentado perpetrado em 1998 por terroristas do grupo Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA em Dar es Salaam e a recusa da Frente Cívica Unida, partido de oposição, a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando o Presidente Mkapa foi reeleito para o cargo com 71% dos votos válidos.

Não obstante tais episódios, a Tanzânia continua a mostrar um grau de unidade nacional e de estabilidade política que a distinguem, de forma positiva, no panorama africano. As transições de governo vêm-se fazendo pacificamente, em comparação com outros países do continente.

5. POLÍTICA EXTERNA

O Presidente Julius Nyerere foi um dos fundadores do Movimento Não-Alinhado e, durante seus sucessivos mandatos, a Tanzânia desempenhou papel importante nos foros internacionais e regionais, como a Organização da Unidade Africana (que, em 2001, viria a dar lugar à União Africana). O país atuou ativamente contra o *apartheid* na África do Sul e, da mesma forma, contra o colonialismo, havendo prestado sistemático apoio a grupos que lutavam pela independência em Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia. Conforme pronunciamento feito em 1967 pelo Presidente tanzaniano, a posição anticolonialista da Tanzânia não deveria ser interpretada como antiocidental, no entanto. Sua política exterior procurava ater-se, na verdade, ao princípio do não-alinhamento (apesar da evidente dificuldade de adotar-se essa postura em época dominada pela Guerra Fria entre o Ocidente capitalista e o Leste socialista). O país manteve a ligação herdada do período colonial com a Europa ocidental e, no tocante à área socialista, o relacionamento mais significativo foi com a China, que participou do projeto de construção da ferrovia entre Dar es Salaam e Lusaca.

A partir dos anos 80, sobretudo após a sucessão de Nyerere, a Tanzânia começou a aproximar-se mais dos países ocidentais, em busca de assistência financeira, seguindo o comportamento

típico de outros países africanos. Passou mesmo a figurar com destaque na lista de beneficiários da ajuda concedida pelos países escandinavos, Itália, França, Holanda, Alemanha e Bélgica.

Embora sem o mesmo ativismo dos anos 60 e 70, como decorrência natural das mudanças processadas em seu âmbito interno e no cenário internacional, a Tanzânia tem-se mostrado atuante na esfera regional africana, em especial no tocante aos esforços para promover a solução pacífica dos conflitos, étnicos ou de outra natureza, ocorridos nos países vizinhos, como o Burundi e a República Democrática do Congo. A Tanzânia participa, dentre outros organismos, da União Africana, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e da Conferência dos Grandes Lagos. O último organismo, que tem sua origem em Declarações Presidenciais do Conselho de Segurança da ONU, datadas de 1994 e 1997, efetuou sua primeira reunião de cúpula em Dar es Salaam, nos dias 19 e 20 de novembro de 2004. Tal encontro, de que o Brasil participou como Observador, contou com a presença de dez dos onze Chefes de Estado dos países que constituem o núcleo (*Core Group*) da Conferência. Conforme assinalado na Declaração então adotada, a reunião abre perspectivas de reconstrução e de desenvolvimento na região oriental da África. Na medida em que se possa instaurar nova dinâmica de segurança e cooperação em área geográfica que tem sido conturbada por seguidos conflitos no curso dos últimos anos, criar-se-iam condições favoráveis a uma revigorada atuação externa da parte da Tanzânia.

As relações com os vizinhos africanos têm sido positivas em geral, mas apresentam oscilações ao longo dos anos, uma vez que os mencionados conflitos nesses países repercutem em Dar es Salaam. Em 1978, os desmandos do ditador ugandense Idi Amin Dada, que atacou a região de Kagera, na Tanzânia, causaram a invasão de Uganda por tropas tanzanianas. As lutas entre as etnias hutus e tutsis, em 1994, ocasionaram o deslocamento, para o território da Tanzânia, de mais de 800 mil refugiados provenientes de Ruanda e do Burundi. Com o agravamento desse fluxo no ano seguinte, o Governo tanzaniano chegou a fechar, temporariamente, a fronteira com o segundo país. Os problemas nesse particular persistem em certa medida, pois, mesmo se a repatriação dos últimos refugiados ruandenses (cerca de trinta mil) foi alcançada no curso de 2003, ainda restariam aproximadamente 500 mil burundineses na região do lago Tanganica.

Cabe, ainda, referência aos esforços mais recentes de integração econômica sub-regional, como a assinatura, em setembro de 1999, do Tratado de Cooperação da África Oriental, de que são partes a Tanzânia, Quênia e Uganda.

6. ECONOMIA

A Tanzânia figura entre os países mais pobres do mundo, embora sua dimensão territorial, seu quadro interno estável e o potencial de desenvolvimento existente, como no caso dos grandes lagos, possam vir a atrair investimentos e a reverter à situação de pobreza extrema, que afeta a metade da população, segundo os critérios do Banco Mundial.

Após a independência, em 1961, o Governo tanzaniano buscou, por meio da Declaração de Arusha (1967), ampliar a capacidade produtiva do país e transformar sua estrutura econômica sob inspiração socialista. Dado o perfil eminentemente agrícola da economia local, um dos focos de atenção foram às comunidades rurais ("ujamaa"), que se basearam no modelo cooperativista e chegaram a funcionar como centros prestadores de serviços, contribuindo para melhorar o bem-estar da população. Sob as diretrizes da Declaração de Arusha, bancos, companhias de seguros e indústrias diversas foram nacionalizadas. O setor privado não foi excluído da vida econômica, no entanto, e podia atuar em determinados setores, de forma isolada ou associada a empresas estatais, de acordo com a lei. Apesar dos

benefícios gerados em termos de saúde e de educação, o modelo socialista tanzaniano não conseguiu superar o desafio da pobreza e tampouco atingiu a capacidade produtiva a que aspirava. Pelo contrário, o país enfrentou sérios problemas econômicos, agravados, nos anos 70, por fatores como os dois choques do preço do petróleo, os mal-sucedidos esforços de integração na África Oriental e a guerra contra Uganda (1978).

A Tanzânia teve, nessas condições, que negociar acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em função do qual se introduziram medidas típicas de liberalização da economia, não obstante a resistência de Nyerere em fazê-lo. As mudanças, foram sendo gradualmente implantadas nas administrações seguintes à do histórico líder tanzaniano, especialmente nas duas gestões de Benjamin Mkapa, a partir de 1995. Entre essas mudanças, figuram a reestruturação das empresas públicas (com a venda de 335 das 425 firmas existentes), a redução do déficit orçamentário, liberação da taxa de juros, remoção da maioria dos controles de preço e liberalização do comércio. O relacionamento com o FMI consolidou-se com a assinatura de Facilidade Ampliada de Ajuste Estrutural, em 1996, seguida de Facilidade de Crescimento e de Redução de Pobreza, em 2000, renovada em 2003.

Mesmo apresentando índices modestos, como o PIB de US\$ 21 bilhões e renda per capita em torno de 600 dólares, a Tanzânia vem persistindo na criação de ambiente macroeconômico estável e favorável aos negócios no nível doméstico, segundo as diretrizes das instituições financeiras internacionais. A inflação foi controlada (4,7% em 2002) e as reformas estruturais, principalmente o processo de privatizações, vêm avançando. A agricultura continua a ser o setor predominante da economia, respondendo por 60% do PIB, 85% das exportações e 80% da mão-de-obra empregada. A indústria, responsável por 10% do PIB, tradicionalmente se caracterizou pelo processamento de produtos agrícolas e de bens de consumo de pequeno valor. O aumento da produção industrial e mineral (com destaque para o ouro), bem como a exploração de petróleo e de gás, contribuíram, em boa medida, para o crescimento recente da economia, cuja média anual, entre 1991 e 2001, foi de 3,3%. Também colaboraram as reformas no setor bancário, as quais favoreceram os investimentos privados, domésticos e estrangeiros. Em razão dos bons resultados alcançados, a Tanzânia obteve do Clube de Paris, em 2002, a anulação de 43% de sua dívida. Para 2004, prevê-se crescimento do PIB de cerca de 5,2%.

Quanto à situação do seu comércio internacional, o país registrou, em 2002, exportações de 765 milhões de dólares e importações de 1,6 bilhão. Os principais compradores foram a Ásia (37%), União Européia (36%) e África (19%). Entre os fornecedores, destacaram-se a Ásia (41%), União Européia (24%) e África (22%).

7. RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tanzânia foram estabelecidas, oficialmente, em 1970, vindo-se a criar a primeira representação brasileira junto a Dar es Salaam em base cumulativa com a Embaixada existente em Nairóbi. Posteriormente, em 1979, abriu-se embaixada residente na capital tanzaniana. Essa missão diplomática foi desativada em 1991 por motivos financeiros e deverá ser restabelecida em breve, como parte da estratégia do atual Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fortalecer e dinamizar o relacionamento do Brasil com os países africanos. Por ora, a representação brasileira é exercida cumulativamente pela Embaixada do Brasil em Maputo enquanto a Tanzânia se faz representar por sua missão diplomática em Washington.

Ainda que pouco intensas, as relações bilaterais têm sido marcadas pela harmonia e pela coincidência de posições no tocante a diferentes temas da agenda internacional. Nos anos 70, quando o Governo tanzaniano se mostrava ativo defensor das causas africanas, Nyerere declarou apreciar a firme

postura do Brasil contra o *apartheid*. No encontro mantido pelos Presidentes Lula e Mkapa em Xangai, em maio de 2004, à margem de reunião do Banco Mundial, os dois mandatários puderam constatar a sintonia de interesses relativos à necessidade de reforma do sistema das Nações Unidas, às negociações comerciais no âmbito multilateral e à promoção do desenvolvimento sustentável, entre outros tópicos. Coincidiram, de modo especial, quanto à prioridade que se deve dar, na esfera mundial, ao combate à fome e à pobreza, mediante a adoção de novos mecanismos para tanto, inclusive financeiros. O Presidente Benajmin Mkapa confirmou, inclusive, sua participação na reunião de Chefes de Estado e de Governo que se realizou em setembro de 2004, na ONU, por iniciativa brasileira, para tratar daquele tema.

No nível bilateral, o relacionamento apresentou ligeira expansão durante o período em que existiu a Embaixada em Dar es Salaam. Além das atividades de cooperação técnica na área agrícola e em alguns outros setores, registrou-se a participação de empresas brasileiras em projetos de infra-estrutura, como a rodovia Dodoma-Morogoro-Mwanza. A decisão do Governo tanzaniano de transferir a capital de Dar es Salaam para Dodoma (o que veio a ocorrer de maneira apenas parcial) também gerou a vinda a Brasília de autoridades e técnicos da Tanzânia, interessados em conhecer a experiência brasileira. Nesse mesmo período, verificou-se um maior número de visitas de autoridades de alto nível daquele país, como a do então Ministro da Cultura e Informação, Benjamin Mkapa, em 1981, e a do Presidente Nyerere, em 1987, no âmbito de turnê realizada na América Latina. Do lado brasileiro, o ex-Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro visitou a Tanzânia em 1980. Desde o fechamento da representação diplomática brasileira, os contatos de alto nível têm ocorrido principalmente em encontros à margem de foros internacionais, como o que já se mencionou entre os Presidentes Lula e Mkapa, em 2004.

O relacionamento econômico-comercial tem sido modesto, conforme indicado na tabela abaixo, mas existem áreas promissoras para desenvolvê-lo, sobretudo nos setores agropecuário, de mineração e de pesca.

Comércio Brasil-Tanzânia (2000-2004)

Ano	Exportação (US\$)	Importação (US\$)	Saldo (US\$)	Corrente de Comércio (US\$)
2000	1.409.396	1.432	1.407.964	1.410.828
2001	6.460.363	---	6.460.363	6.460.363
2002	3.224.448	38.370	3.186.078	3.262.818
2003	4.722.597	9.052	4.713.545	4.731.649
2004*	7.530.645	14.286	7.516.359	7.544.931

* até outubro. Dados do MDIC.

Fontes Bibliográficas: *CIA Factbook, The Economist Intelligence Unit Country Profile, The US Politinfo Country Profile, BBC Online Country Profile, The Encyclopedia of Eastern Africa (University of Columbia).*

Aviso nº 396 - C. Civil.

Em 20 de abril de 2005.


A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Unida da Tanzânia.

Atenciosamente,


JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Publicado no Diário do Senado Federal, de 28/04/2005